

ÁUDIO E VÍDEO

Projeto obriga gravação de todas as licitações

Projeto começou a tramitar esta semana nas comissões permanentes

MARCOS FIGUEIRÓ / Assessoria

Rogério Silva (MDB) apresentou na Câmara Municipal projeto de lei que obriga Prefeitura, Câmara Municipal e autarquias municipais a gravarem e transmitirem todas as sessões de licitações realizadas. O projeto começou a tramitar esta semana e foi encaminhado às comissões permanentes.

“A publicidade é princípio basilar da atividade administrativa, pois público é o interesse que ela representa. Diante disso, a transmissão das sessões de licitação proporciona maior transparência nos serviços administrativos, em prol da eficiência e legalidade da gestão pública. O objetivo é oferecer uma maior transparência nos processos licitatórios”, argumenta o vereador Rogério Silva.

De acordo com o texto original, a Administração Pública Municipal, através dos poderes Executivo e Legislativo e suas autarquias, deverá promover a gravação em áudio e vídeo de todas as sessões de licitações realizadas no âmbito de cada ente. A gravação abrangerá os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a



Autor do projeto

documentação relativa à habilitação dos concorrentes, de verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e de julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

As gravações das sessões de licitação deverão ser disponibilizadas, na íntegra, no Portal Transparência de cada um dos Poderes e autarquias, no prazo máximo de 5 dias após o encerramento de cada sessão de licitação. A responsabilidade

por realizar as gravações e colocá-las a disposição na internet ficará a cargo dos departamentos de Comunicação e Informática dos poderes e autarquias.

Caso o projeto venha a ser aprovado e sancionado, os poderes Executivo e Legislativo de Tangará da Serra terão o prazo de 180 dias para implantar o novo sistema. A previsão é de que o Projeto de Lei 06/2019 volte ao Plenário, para ser analisado, discutido e votado pelos vereadores, ainda este mês.

TANGARÁ

Zedeca sugere que dívida ativa volte a ser negociada pela Tributação



Vereador Zedeca

MARCOS FIGUEIRÓ / Assessoria

Melquezedequ Ferreira Soares, o Zedeca (MDB) pediu ao Poder Executivo Municipal que reveja a decisão de passar para a Procuradoria Geral do Município todas as negociações relativas a dívida ativa em Tangará da Serra. A indicação foi encaminhada ao prefeito em exercício Renato Gouveia (PR).

“Por inúmeras reclamações que recebemos dos munícipes que procuram atualmente a Procuradoria e não recebem atendimento, indico ao prefeito que tome providências para que os contribuintes consigam pagar suas dívidas e ficar em dia com o poder público. Da forma em que está hoje, este direito está sendo negado”, afirmou o vereador Zedeca.

Atualmente a negociação de dívida ativa – aquela que ocorre quando o contribuinte não quita tributos,

multas ou demais débitos devidos ao Município – são feitos na Procuradoria Geral do Município, que conta com poucos servidores. O resultado tem sido registro crescente de reclamações de munícipes que não estão conseguindo fazer a negociação.

Na avaliação do parla-

“

Da forma em que está hoje, este direito está sendo negado

mentar, a melhor solução seria devolver ao Departamento de Tributação a responsabilidade pelas negociações das dívidas ativas. “Isso, com absoluta certeza, agilizaria em muito o atendimento aos nossos contribuintes”, defende Zedeca.

SINTONIZE

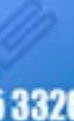




TANGARÁ

COM SÍMBOLO DE TANGARÁ

DE SEGUNDA A SEXTA - 19h30



TEMOS

SOFTWARES

Para expandir o seu

Negócio

 B&P Informática

Desenvolvimento de Sistemas

65 3326 2299